

MILITARES, PARTIDOS E ELEIÇÕES

UMA ANÁLISE DOS PLEITOS

BRASILEIROS DE 2018, 2020 E 2022

Eduardo Giacomini de David*

Silvana Krause†

Eduardo Munhoz Svartman‡

3

Resumo: O artigo analisa quais são os partidos, suas dimensões e perfis ideológicos, pelos quais os militares brasileiros concorreram e foram eleitos nos pleitos de 2018, 2020 e 2022. Inicialmente, são delineados os critérios para identificar as candidaturas militares, bem como as categorizações partidárias empregadas e os marcos legais que regem os direitos ao voto, à filiação partidária e à elegibilidade dos militares brasileiros. Definidos esses parâmetros, é analisada a participação de militares nas eleições de 2018, 2020 e 2022. Observou-se que as candidaturas militares perpassam, embora desigualmente, praticamente todo o espectro partidário. No curso dos pleitos abordados, constatou-se a ocorrência de dois processos combinados: o avanço de uma onda de protagonismo militar pela via eleitoral que teve seu pico em 2018, mas que em 2020 iniciou a refluir, e o deslocamento das candidaturas militares, particularmente as exitosas, dos pequenos partidos de direita para os grandes partidos de direita.

Palavras-chave: militares; partidos; eleições; militares na política.

MILITARY, POLITICAL PARTIES AND ELECTIONS: AN ANALYSIS ON THE BRAZILIAN ELECTIONS OF 2018, 2020 AND 2022

Abstract: The article analyzes the parties, their dimensions, and ideological profiles, through which the Brazilian military personnel ran for and were elected in the 2018, 2020, and 2022 elections. Initially, criteria are established to identifying military candidacies, the party categorizations used, and the legal frameworks that regulate the voting rights, party affiliation, and eligibility of the Brazilian military personnel. With these parameters defined, the participation of military personnel in the mentioned elections is examined. It was observed that military candidacies span, unevenly, virtually the entire party spectrum. During the analyzed elections, two combine processes were identified: the emergence of an increase in military prominence through elections, reaching its peak in 2018 but starting to decline in 2020, and the shift of military candidacies, especially successful ones, from small right-wing parties to major right-wing parties.

Keywords: military; political parties; elections; military in politics.

* Licenciado e bacharel em Ciências Sociais. Mestrando em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). <https://orcid.org/0009-0005-2328-1225>.

† Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). <https://orcid.org/0000-0001-5977-5175>

‡ Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). <https://orcid.org/0000-0003-0381-5224>

1 INTRODUÇÃO

A Constituição brasileira de 1988 teve como uma de suas preocupações evitar a militância político-partidária dos membros do Poder Judiciário e das forças de defesa e segurança pública. Com uma viva memória do autoritarismo então recentemente superado, os constituintes estabeleceram restrições para que integrantes do Judiciário e militares – tanto das Forças Armadas quanto dos policiais e bombeiros militares, tomados pela Constituição como “militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios” (Art. 42) – se filiassem a partidos políticos e concorressem nas eleições. Por mais que as limitações impostas fossem menores que as estabelecidas em outros países da América do Sul, decorrência da pressão desses atores sobre o processo constituinte, buscou-se estabelecer barreiras que impedissem os membros do braço repressivo do Estado de impor dificuldades à nova democracia brasileira.

Essas barreiras, porém, sempre foram bastante permeáveis, dado que um grande número de militares, juízes, policiais e delegados participou de pleitos e foi eleito desde a redemocratização brasileira (Berlato; Codato; Bolognesi, 2016). No entanto, se a presença dessas categorias profissionais nas eleições não é uma novidade, é inegável que a partir de 2018 o fenômeno ganhou uma maior visibilidade, especialmente com a eleição de Jair Bolsonaro, capitão reformado do Exército, e Hamilton Mourão, general da reserva da mesma força, para a presidência e vice-presidência da República, além de ter havido naquele pleito a eleição de um grande número de militares como deputados federais e estaduais (Coutinho, 2018). Além de ser a primeira vez, desde a redemocratização, que militares ocuparam a presidência e vice-presidência, houve um número inédito, no atual período democrático, de militares em postos-chave da administração pública (Neto; Rodriguez, 2022).

O fenômeno não passou despercebido pela imprensa, que vem dedicando um amplo espaço à sua discussão. Os políticos também debateram o tema e inclusive submeteram propostas legislativas com vistas a estabelecer uma quarentena eleitoral para membros do braço repressivo do Estado, dentre o qual se incluem os militares, o que representaria uma barreira mais rígida

contra a infiltração destes na arena política¹. No meio acadêmico, a literatura sobre relações civis-militares tem abordado a retomada do engajamento militar na política desde o ponto de vista da atribuição de novas missões às Forças Armadas (Mathias *et al.*, 2019), das motivações e incentivos institucionais (Neto; Acácio, 2020; Martins Filho, 2019) ou da ocupação de funções no poder Executivo (Cortinhas; Vitelli, 2020). Há também esforços para se compreender o fenômeno de forma mais abrangente, seja desde a recuperação do conceito de “partido militar” (Oliveira; Kalil, 2021) ou do estabelecimento de indicadores rigorosos para aferição da interferência militar na política (Vitelli, 2021). Essas abordagens tendem a centrar a análise na presença e na atuação de militares em funções governamentais, que começaram a ficar mais visíveis no governo Michel Temer, quando pela primeira vez um militar foi nomeado ministro da defesa, e chegou ao ápice no governo Bolsonaro, em que boa parte dos ministérios foram dirigidos por militares e ocuparam altos cargos da administração civil direta e indireta (Passos, 2021).

Uma dimensão ainda relativamente pouco investigada é a presença de militares eleitos nos poderes Legislativo e Executivo. Embora institucionalmente as Forças Armadas dediquem bastante atenção ao tema, seja através da numerosa assessoria parlamentar no Congresso ou de práticas tradicionais de interações com autoridades políticas locais, estaduais e federais, há ainda poucos estudos dedicados aos militares que têm buscado carreiras no Legislativo e no Executivo pela via eleitoral (Tricontinental, 2023), bem como dos partidos que buscam ou acolhem candidatos militares. Esses trabalhos, entretanto, abordam o século 20 (Svartman, 2006; Chirio, 2012; Carloni, 2012; Parucker, 2009). Questões como os partidos que atualmente mais recebem candidaturas militares e o cálculo estratégico envolvido nestas por parte de militares e partidos ainda estão para serem respondidas.

¹ A proposta de uma quarentena eleitoral para militares, policiais, guardas municipais, juízes e membros do Ministério Público provocou grandes discussões dentro da Câmara dos Deputados. Inicialmente, o novo Código Eleitoral (PLP 112/21) colocava que os membros de tais categorias profissionais teriam de se afastar de suas atividades cinco anos antes do pleito, o que foi retirado do texto por pressão de deputados, sobretudo daqueles que se viam como afetados por tal medida. Após novas discussões, foi aprovada uma quarentena eleitoral de quatro anos para os integrantes de tais grupos profissionais, proposta essa que aguarda apreciação pelo Senado.

Assim este artigo analisa quais são os partidos, classificados por seu tamanho e perfil ideológico, pelos quais os militares brasileiros concorreram e foram eleitos nos pleitos de 2018, 2020 e 2022. Com esse fim, a próxima seção apresenta e discute os dados eleitorais e as classificações partidárias empregadas neste trabalho. Feito isso, a seção seguinte trata dos direitos ao voto, à filiação partidária e à elegibilidade dos militares brasileiros em face da atual legislação. Na sequência, é analisada a participação de militares nas eleições de 2018, 2020 e 2022, cada qual retratada em uma seção, atentando-se sobretudo aos partidos pelos quais eles concorreram e foram eleitos, delineando seu tamanho e perfil ideológico. Por fim, são apresentadas as principais conclusões.

2 DADOS ELEITORAIS E CLASSIFICAÇÕES PARTIDÁRIAS

As análises desta pesquisa se basearam nas planilhas do Portal de Dados Abertos do TSE, as quais trazem informações a respeito dos candidatos nas eleições de 2018, 2020 e 2022². Quanto à ocupação profissional destes, foram aqui consideradas suas autodeclarações, da mesma forma que fizeram Berlatto, Codato e Bolognesi, selecionando-se aqui apenas aqueles que se identificaram como “militar reformado” ou “membro das Forças Armadas” no registro de suas candidaturas no TSE. Esse critério de autoatribuição ocupacional, porém, implica se subestimar a presença de militares das Forças Armadas – seja reformados, seja da ativa – dentre o total de candidatos, o que ocorre, pois, pela total liberdade para se declarar dentre as diversas categorias ocupacionais disponibilizadas pelo TSE. Eles podem se identificar, por exemplo, como servidor público federal ou enquanto deputado, prefeito ou vereador, quando já ocupam algum destes cargos eletivos, o que pôde ser verificado no caso de alguns militares eleitos nos pleitos aqui abordados³. Apesar disso, empregamos este critério, pois a alternativa a ele, um rastreamento detalhado da ocupação de

² Estas planilhas podem ser encontradas em <https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/candidatos-2018>, para a eleição de 2018, <https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/candidatos-2020-subtemas>, para a eleição de 2020, e <https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/candidatos-2022>, para a eleição de 2022. Acesso em: 14 mar. 2023.

³ Um exemplo ilustrativo das dificuldades referentes ao emprego do critério da autodeclaração ocupacional se refere a Jair Bolsonaro, que em 1998 se registrou como membro das Forças Armadas – muito embora fosse desde 1988 um militar reformado –, em 2002 como político, em 2006 como militar reformado e em 2010 e 2014 como político. Além disso, pudemos verificar que em 2018 e 2022, quando concorreu à presidência, ele se identificou respectivamente como membro das Forças Armadas e presidente da República.

todos os quase 630.000 candidatos que concorreram nos pleitos de 2018, 2020 e 2022, é virtualmente impossível de ser realizada. O critério adotado também possibilita que se trabalhe com dados mais claros, já que em tais categorias ocupacionais estão incluídos tão somente membros das Forças Armadas, seja da ativa ou reformados. Ainda assim, devemos ter em mente que o número de militares participando e vencendo as eleições aqui investigadas é muito provavelmente maior que o apurado.

Acerca da classificação dos partidos brasileiros quanto a seu tamanho e ideologia, nos orientamos em grande medida por aquela empregada em Berlatto, Codato e Bolognesi (2016), o que nos permite fazer comparações com os achados dessa pesquisa. Entretanto algumas alterações foram realizadas para fins de atualização, devido ao surgimento de novos partidos, fusões, incorporações e ao crescimento de algumas siglas, bem como à mudança de posicionamento ideológico de três delas, alterações discutidas adiante.

Quanto ao tamanho dos partidos, utilizamos a métrica de Berlatto, Codato e Bolognesi (2016): o número de cadeiras por eles conquistadas na Câmara dos Deputados nas eleições ocorridas entre 1998 e 2014. Os partidos foram classificados em dois grupos, *grandes* e *pequenos*. Os partidos *grandes* são os que elegeram mais de quinze deputados na média destes pleitos, os *pequenos* aqueles que elegeram até quinze. Sendo assim, analisando as cadeiras conquistadas na Câmara dos Deputados em 2014, 2018 e 2022, dois partidos mudaram de tamanho. O PRB/Republicanos⁴ foi posto em um novo grupo, passando de pequeno para grande, já que em 2014 elegeu 20 deputados, número este que aumentou para 30 em 2018 e 41 em 2022. O outro caso, PSL, quanto à sua classificação, é preciso contextualizar em vistas do ocorrido com o partido a partir do pleito de 2018. Ele é considerado pelos autores como pequeno, classificação esta que é mantida por nós para 2018, dado haver conquistado em 2014 apenas uma cadeira na Câmara dos Deputados. Porém, em 2018, o PSL elegeu 52 deputados federais, tornando-se o segundo maior partido na Casa. Tal crescimento se deu por ter sido o partido pelo qual Bolsonaro concorreu à presidência em 2018. A filiação de Bolsonaro no início de 2018 e

⁴ Todas as vezes em que um partido aparecer com dois nomes separados por uma barra significa que ele mudou de nome entre as eleições aqui analisadas, empregando o primeiro em 2018 e o segundo em 2020 e 2022, exceto no caso do PTC/Agir, cuja mudança se deu em 2021, valendo assim a mudança apenas para a eleição de 2022.

seu êxito eleitoral representou uma enorme mudança nos rumos do PSL, com o crescimento de filiados, a saída de uma de suas principais correntes internas e a adoção de discurso fortemente conservador. Sendo assim, o PSL foi aqui tomado como uma grande legenda em 2020. Essa classificação, no entanto, foi efêmera: após a saída de Bolsonaro, o partido perdeu grande parte de seus filiados e observou a migração de eleitos para outros partidos. Com vistas a superar a cláusula de barreira, fundiu-se com o Democratas em 2021, dando origem ao União Brasil (UB). Dessa forma, o PSL deixou de existir e não participou das eleições em 2022.

Acerca da classificação dos partidos políticos brasileiros em relação ao espectro ideológico, Berlatto, Codato e Bolognesi (2016) empregaram um conjunto de informações programáticas e eleitorais. A principal fonte utilizada foram os programas partidários, e, dentre aqueles partidos que não têm posições ideológicas claramente verificáveis, sua categorização se deu a partir de sua propaganda eleitoral, alianças partidárias e políticas públicas buscadas por seus quadros. A partir dessas fontes, os autores dividiram os partidos em três categorias, *esquerda*, *centro* e *direita*, complementada por uma quarta: os partidos *fisiológicos*, siglas que não possuem uma ideologia definida, orientadas preponderantemente para captar recursos estatais, servindo de legenda de aluguel e moeda de troca na distribuição do horário eleitoral em eleições majoritárias (Berlatto; Codato; Bolognesi, 2016, p. 87).

Reconhecemos que o esforço da categorização ideológica dos partidos tem várias limitações e há um debate consolidado na Ciência Política brasileira a esse respeito. Ainda assim, com vistas a permitir a comparação de nosso estudo com aquele que tomamos por base, manteremos a classificação ideológica empregada pelos seus autores⁵, com exceção do Solidariedade, que passou da categoria dos partidos de direita para os fisiológicos, e do PHS e Podemos, os quais se uniram logo após as eleições de 2018, que foram reclassificados como partidos de direita. Quanto ao Solidariedade, essa mudança de categorização

⁵ Neste sentido, entendemos que a categorização empregada em um recente artigo publicado por Bruno Bolognesi, Adriano Codato e Ednaldo Ribeiro (Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros” – Revista Dados, vol. 66, n. 2) não nos contempla na elaboração deste artigo, já que os autores empregam outras categorias partidárias, como extrema-esquerda, esquerda, centro, direita e extrema-direita, diferentes daquelas utilizadas no estudo que orientou nossa pesquisa, a qual tem na visão comparativa com tal estudo um de seus objetivos centrais.

decorre da atuação e perfil dos deputados federais eleitos em 2018 e 2022 uma vez que adotaram posições bastante diferentes em plenário e eram advindos de legendas que vão da esquerda à direita. Além disso, o partido fez parte da coligação encabeçada pelo PSDB para a disputa presidencial em 2014 e 2018, ao passo que, em 2022, apoiou o candidato petista em uma mudança de posicionamento ideológico bastante significativa. Acerca do PHS e do Podemos, esses foram classificados como partidos de direita, pois seus parlamentares e base eleitoral são atualmente bastante alinhados às pautas desse campo. Assim, com a adição do Novo, Rede e PMB, registrados pelo TSE em 2015, bem como da Unidade Popular (UP), cujo pedido de criação foi deferido em 2019, classificados por nós respectivamente como pequenos de direita, esquerda, fisiológico e esquerda, adotamos a seguinte classificação dos partidos brasileiros:

QUADRO 1 Classificação dos partidos brasileiros

	Grande	Pequeno
Esquerda	PT PSB PDT	PSOL PPL (2018)** PCB PC do B PCO Rede PSTU UP (2020, 2022)
Centro	MDB PSDB	PPS/Cidadania PV
Direita	PP PRB/Republicanos PR/PL DEM (2018, 2020)* PTB PSL (2020)* PSD União Brasil (2022)*	PSL (2018)* PHS (2018)** PSC Podemos PRP (2018)** Novo Patriota PTC/Agir DC PRTB
Fisiológicos	-	Solidariedade Avante PROS PMN PMB

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Berlatto, Codato e Bolognesi (2016).

Notas: * PSL e DEM disputaram as eleições de 2018 e 2020, se fundindo em 2021 para dar origem à União Brasil, partido que concorreu apenas na eleição de 2022;

** O PHS foi incorporado ao Podemos após o pleito de 2018. O PPL ao PC do B e o PRP ao Patriota todos após eleição de 2018 (Brasil, 2019a; Brasil, 2019b; Carmo, 2019). Assim, PHS, PPL e PRP disputaram apenas as eleições de 2018, enquanto Podemos, PC do B e Patriota se fizeram presentes nos três pleitos aqui analisados.

3 VOTO, FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E ELEGIBILIDADE DE MILITARES NO BRASIL

O ordenamento jurídico brasileiro regra de forma diferenciada dos civis as obrigações e os direitos políticos dos militares⁶. Para melhor se compreenderem as possibilidades de voto, filiação partidária e eleição de militares no Brasil, deve-se distinguir três categorias: os conscritos, os militares da ativa e os militares inativos.

Os conscritos (os jovens que estão prestando serviço militar obrigatório) são o grupo que menos possui direitos políticos, uma vez que não podem se alistar como eleitores durante o período em que estiverem cumprindo seu serviço militar (CF/1988, art. 14, §2º). Isso se aplica inclusive aos jovens que já haviam se alistado anteriormente. O impedimento do alistamento e, conseqüentemente, da filiação partidária dos conscritos costumam ser justificados pela demanda de prontidão dos quartéis no dia da eleição (Salgado, 2013, p. 353) e para se evitar que comandantes de efetivos se elejam com o voto dos conscritos (Pires; Amorim, 2006, p. 6).

O quadro é mais complexo para os militares de carreira em serviço ativo. Eles são alistáveis, não havendo nenhum impedimento legal para o exercício do voto, muito embora lhes seja vedada a filiação a partidos políticos (CF/1988, art. 142, §3º, inciso V). Apesar disso, podem se candidatar, pois a Constituição dispõe que “o militar alistável é elegível” (art. 14, §8º). A contradição entre o direito de se candidatar e vedação de filiação partidária (condição necessária para inscrição de candidaturas) foi contornada pela resolução do TSE de número 19.509/96, a qual estabelece que os militares de carreira da ativa podem concorrer à indicação partidária para disputar as eleições sem serem membros formais do partido, não sendo exigida destes uma prévia filiação à legenda pela qual sejam apontados como candidatos. Os militares da ativa devem se filiar apenas quando forem indicados pela convenção partidária, o que pode ocorrer até o prazo final de registro das candidaturas na Justiça Eleitoral, o qual está atualmente fixado no dia 15 de agosto, um mês e meio antes das eleições (Lei nº 9.504/1997, art. 11).

⁶ Cabe destacar aqui que os preceitos legais aplicáveis aos membros das Forças Armadas, no que couber, são estendidos também aos policiais militares e bombeiros militares.

À maneira dos servidores públicos civis, os militares devem solicitar afastamento do serviço ativo, o que deve ser feito até três meses antes das eleições. A desincompatibilização de suas atividades militares com vistas a concorrer nas eleições é bem diferente conforme tempo de serviço e posição hierárquica de seu solicitante. Quando o militar estiver a menos de dez anos nas Forças Armadas e, assim, não contar com estabilidade, seu afastamento do serviço ativo terá caráter definitivo, sendo proibida sua reintegração. Para praças, tal afastamento toma a forma de licença, enquanto para oficiais, trata-se de demissão (Pires; Amorim, 2006, p. 8), e em ambos os casos os militares passam à reserva não remunerada das Forças Armadas, conforme coloca o Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880/80, art. 116, §3º, para os oficiais, e art. 121, §4º, para os praças). Para os militares com menos de dez anos de serviço, os três meses entre a solicitação de afastamento de suas atividades profissionais e as eleições não são remunerados, já que sua exclusão do serviço ativo se dá imediatamente após seu pedido de afastamento. Trata-se, portanto, de um forte desincentivo ao engajamento político.

Situação bastante distinta ocorre com os militares que estão há mais de dez anos nas Forças Armadas e, por sua vez, contam com estabilidade. Para estes, o afastamento do serviço ativo ocorre sob a forma da “agregação”, situação temporária (Kayat, 2010, p. 159) na qual o militar recebe sua remuneração integral (Salgado, 2013, p. 355; Pires; Amorim, 2006, p. 9). Como o afastamento não é definitivo, a situação do militar frente às Forças Armadas posteriormente às eleições depende de seu êxito ou fracasso nestas. Se eleito, será transferido para a reserva remunerada quando da diplomação. Caso não seja eleito, retornará ao serviço ativo, devendo desfiliar-se do partido pelo qual concorreu. Tal arranjo legal consiste num incentivo ao engajamento político de militares de carreira da ativa, embora a maioria dos militares que se apresentem como candidatos seja oriunda da reserva.

Os militares inativos (da reserva ou reformados) possuem direitos e obrigações eleitorais iguais aos demais cidadãos brasileiros, sendo alistáveis e podendo filiar-se a partidos, devendo obedecer aos prazos de filiação com vistas a concorrer às eleições. Assim como ocorre entre os militares da ativa há mais de dez anos nas Forças Armadas, os vencimentos dos militares inativos não são impactados, caso se candidatem ou sejam empossados em cargo eletivo. O quadro a seguir sintetiza o que foi discutido nesta seção, indicando também

as legislações que tratam dos direitos políticos das três categorias de militares aqui consideradas.

QUADRO 2 Direitos políticos dos militares brasileiros

	Conscritos	Militares da ativa	Militares inativos
Voto	Não (CF/88, art. 14, §2º)	Sim	Sim
Filiação partidária	Não (Lei 9.096/95, art. 16)	Não (CF/88, art. 142, §3º, inc. V)	Sim
Elegibilidade	Não (CF/88, art. 14, §4º)	Sim, com afastamento prévio às eleições (CF/1988, art. 14, §8º)	Sim

Fonte: Elaborado pelos autores com base na legislação vigente.

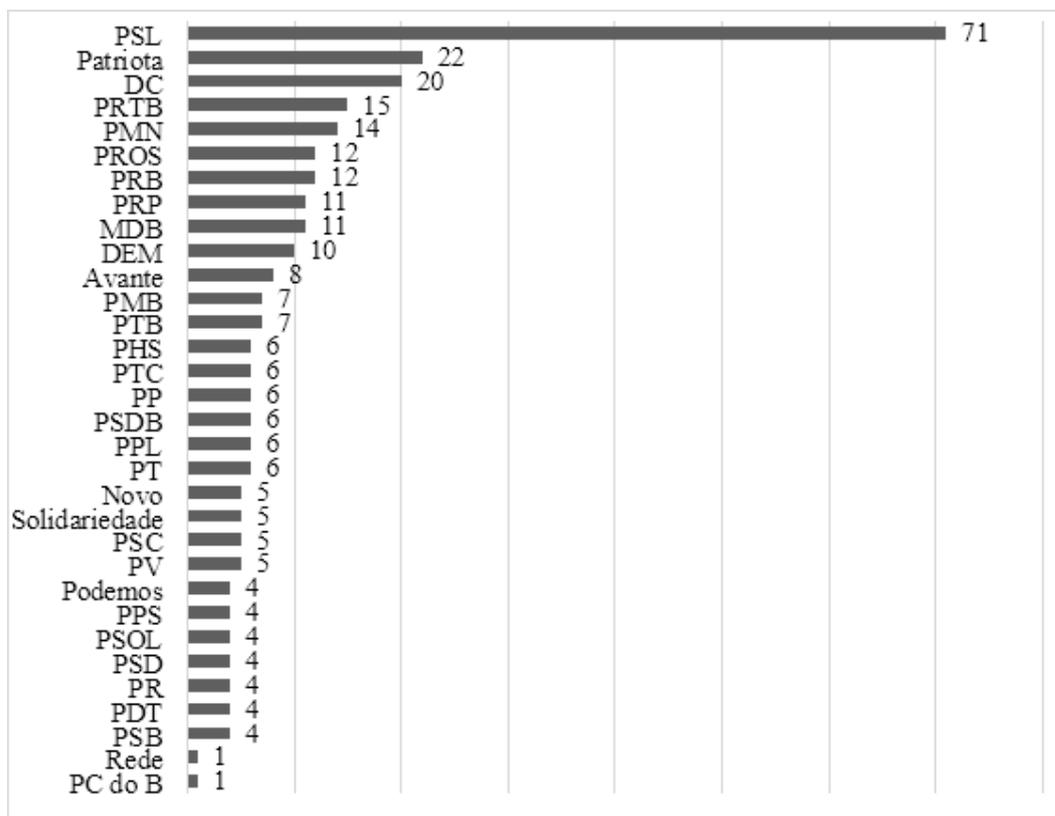
4 ELEIÇÕES DE 2018: A ONDA MILITARIZANTE E O PREDOMÍNIO DOS PEQUENOS PARTIDOS DE DIREITA

O pleito de 2018, responsável por eleger presidente e vice-presidente, deputados federais e estaduais, governadores e vice-governadores, bem como renovar dois terços do Senado (54 assentos de 81), teve um incremento expressivo de militares reformados ou membros das Forças Armadas: dos 29.120 candidatos, 306 deles se apresentavam como militares (1,05%), um aumento significativo em relação às eleições de 2014, nas quais 187 dos 26.207 candidatos (0,71%) se colocavam como militares. O aumento foi ainda mais considerável se observarmos o número de eleitos: se em 2014 apenas dois dos eleitos se apresentavam como militares (0,11% do total), ambos deputados estaduais, nas eleições de 2018 este percentual foi multiplicado por onze, sendo eleitos 22 militares (1,23% do total). Os cargos conquistados também foram de maior expressão: além da presidência e vice-presidência da República, ainda foram eleitos um governador, cinco deputados federais, um deputado distrital e treze deputados estaduais que se apresentaram ao TSE como militares. Cabe mencionar que a grande maioria destes se classifica como militar reformado, enquadrando-se na categoria na qual não há impedimentos legais à filiação partidária e disputa de eleições, não havendo ademais quaisquer ônus financeiros à sua atuação político-partidária.

Quanto aos partidos, constata-se que apenas três – PCO, PSTU e PCB, todos classificados como pequenos de esquerda – não continham em suas listas

candidatos militares. O Gráfico 1 expõe a distribuição de candidatos que se colocavam como militares dentre os partidos brasileiros nas eleições de 2018.

GRÁFICO 1 Distribuição de candidatos militares por partidos nas eleições de 2018



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do TSE (2023). N= 306.

Como pode ser observado, o PSL, tomado nesta eleição como um pequeno partido de direita, lidera com folga o número de candidaturas militares apresentadas. O partido alcança 23,2% das candidaturas apresentadas nas eleições de 2018. Aliás, os quatro primeiros partidos do *ranking* são pequenos de direita, enquanto os dois últimos são pequenos de esquerda, da mesma forma que os únicos três que não apresentaram nenhum candidato militar. Destaca-se ademais que os primeiros partidos de esquerda neste *ranking*, PT e PPL, estão apenas na metade final deste. Tais tendências, já notadas anteriormente por Berlatto, Codato e Bolognesi (2016), são melhor visualizadas a partir da Tabela 1, a seguir, na qual distribuímos as candidaturas militares dentre as classificações partidárias utilizadas neste artigo.

TABELA 1 Distribuição de candidatos militares por categorias de partidos nas eleições de 2018

	Grande	Pequeno	Total
Esquerda	4,6%	3,9%	8,5%
Centro	5,5%	2,9%	8,5%
Direita	14 %	53,9%	68 %
Fisiológicos	-	15 %	15 %
Total	24,1%	75,8%	100 %

Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados do TSE (2023). N= 306.

A tabela nos evidencia um cenário que merece discussões mais aprofundadas. Acerca da classificação ideológica dos partidos, nessas eleições aqueles tomados como de esquerda e de centro lançaram cada um deles 8,5% dos candidatos militares, enquanto as legendas ditas fisiológicas foram empregadas neste pleito por 15% dos candidatos com tal perfil profissional. Por sua vez, os partidos de direita foram os mais utilizados por candidatos militares, concentrando 68% das candidaturas. Observa-se, porém, que a despeito da predominância de candidaturas militares em partidos de direita, também há candidaturas em partidos de centro e de esquerda: o fato de 26 militares disputarem tal eleição por partidos classificados como de esquerda sugere que, embora minoritária, ainda havia em 2018 o que Cunha (2014) denomina como esquerda militar. Acerca da categorização dos partidos por seu tamanho, aqueles tidos como grandes congregaram somente 24,1% dos candidatos que se apresentavam como militares, percentual este que nos partidos pequenos foi de 75,8%. Na intersecção desses dados, os pequenos partidos de direita apresentaram em suas listas mais da metade de todos os candidatos militares, 53,9% do total, o que merece ser bem destacado.

Tal distribuição se reflete também dentre os candidatos militares que foram eleitos neste pleito (Gráfico 2 e Tabela 2). Os pequenos partidos de direita congregaram a maioria dos eleitos (19, ou 86,3% do total) e foram as siglas que elegeram para os cargos mais elevados: presidente (PSL), vice-presidente (PRTB), governador (PSL), deputado federal (cinco, todos do PSL), deputado distrital (PSC) e deputado estadual (DC). O destaque absoluto fica para o PSL, que, além dos cargos já mencionados, elegeu também nove militares como deputados estaduais, totalizando 16 eleitos, 72,7% do total. Enquanto isso,

os partidos fisiológicos elegeram dois candidatos que se classificaram como militares (9,1% do total), ambos deputados estaduais, os quais foram eleitos por PROS e Solidariedade, e os grandes partidos de direita elegeram apenas um (4,5% do total), também deputado estadual, o qual foi eleito pelo PTB.

GRÁFICO 2 Distribuição de militares eleitos por partidos nas eleições de 2018



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do TSE (2023). N= 22.

TABELA 2 Distribuição dos militares eleitos por categorias de partidos nas eleições de 2018

	Grande	Pequeno	Total
Esquerda	0 %	0 %	0%
Centro	0 %	0 %	0%
Direita	4,5%	86,3%	0%
Fisiológicos	-	9,1%	0%
Total	4,5%	95,4%	100%

Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados do TSE (2023). N= 22.

A Tabela 3 indica a taxa de sucesso das candidaturas militares dentre as categorias partidárias empregadas neste estudo, a qual é obtida a partir da razão entre o número de militares eleitos por cada categoria de partidos e o total de militares por ela apresentados nas eleições.

TABELA 3 Taxa de sucesso das candidaturas militares por categorias de partidos nas eleições de 2018

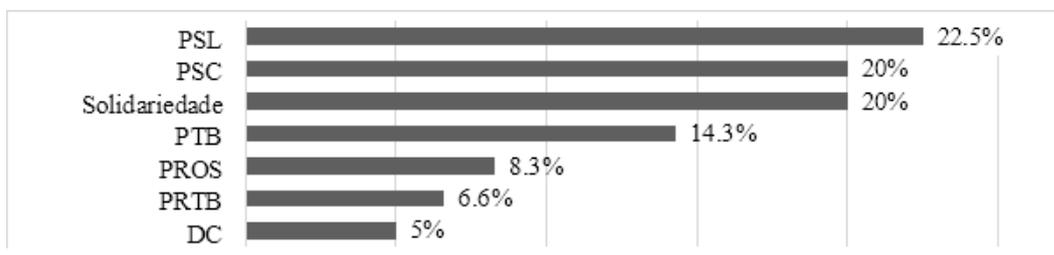
	Grande	Pequeno	Total
Esquerda	0 %	0 %	0 %
Centro	0 %	0 %	0 %
Direita	2,3%	11,5%	9,6%
Fisiológicos	-	4,3%	4,3%
Geral	1,3%	9 %	7,2%

Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados do TSE (2023). N= 306.

Como se pode depreender da tabela, a taxa de êxito das candidaturas militares foi consideravelmente grande dentre os pequenos partidos de direita, alcançando 11,5%. Tal taxa de sucesso nos indica que essa categoria de partido, para além de ter sido a maior promotora de candidaturas militares, é também aquela na qual estas foram mais exitosas. Isso transbordou para o êxito das candidaturas militares promovidas em partidos de direita (9,6%) e pequenos (9%), seguidas, de longe, pelos fisiológicos, com 4,3% e pelos grandes partidos de direita, com 2,3%. Por outro lado, candidaturas militares foram nada exitosas no caso de partidos de esquerda e centro, independentemente de seu tamanho, pois não elegeram nenhum militar.

O Gráfico 3 apresenta a taxa de sucesso das candidaturas militares dentre os sete partidos que elegeram ao menos um militar neste pleito, todos eles pequenos de direita ou fisiológicos, com exceção do PTB, um partido grande e de direita.

GRÁFICO 3 Taxa de sucesso das candidaturas militares por partidos nas eleições de 2018



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do TSE (2023). N= 22.

Nota: Os demais partidos não elegeram nenhum militar, tendo assim 0% de taxa de sucesso na promoção de candidaturas militares. São eles: Patriota (22), PMN (14), PRB (12), PRP e MDB (11), DEM (10), Avante (8), PMB (7), PHS, PTC, PP, PSDB, PPL e PT (6), Novo e PV (5), Podemos, PPS, PSOL, PSD, PR, PDT e PSB (4) e Rede e PC do B (1).

A predominância de pequenos partidos de direita e dos partidos fisiológicos na promoção e êxito de candidaturas militares, principais conclusões desta seção, pode ser explicada pelo posicionamento político-ideológico dominante entre os militares brasileiros. Grande parte destes tem como plataformas o aumento da segurança pública (entendida como maior repressão ao crime), a promoção de valores conservadores (como a defesa de concepções tradicionais de família) e combate às agendas identificadas como de esquerda. Os achados do presente estudo subscrevem a tendência já observada por Berlatto, Codato e Bolognesi (2016): os pequenos partidos de direita e os fisiológicos são nesta eleição os maiores promotores de candidaturas de militares, o que é explicado pelos autores por três pontos. O primeiro, de ordem *legal*, decorre do impedimento dos militares filiarem-se a partidos políticos enquanto no serviço ativo. Embora tal previsão constitucional não impeça a existência de laços político-partidários informais, ela certamente colabora para a fragilidade dos vínculos partidários entre os indivíduos com origens profissionais nas Forças Armadas, fazendo com que suas ligações com os partidos sejam tênues, breves e ligadas a fatores mais conjunturais do que estruturais. Se poderia argumentar que a maioria dos candidatos militares são da reserva ou reformados, não sendo legalmente impedidos de estarem filiados a partidos políticos. Porém deve-se ter em mente que a passagem para a reserva ocorre frequentemente em torno dos 50 anos, e, no caso de oficiais generais, podendo ser em torno dos sessenta, o que limita o tempo para se construir uma trajetória dentro de algum partido,

razão também para afastá-los dos partidos grandes e dotados de estruturas mais cristalizadas.

O segundo ponto é de ordem *estratégica*: é nos pequenos partidos e nas legendas fisiológicas que “[...] obter um lugar na lista é mais simples, assim como entrar e sair deles, pois não há grandes barreiras institucionais e os vínculos partidários tendem a ser mais efêmeros [...]” (Berlatto; Codato; Bolognesi, 2016, p. 104). Essas categorias de partidos se mostram mais abertas às candidaturas personalistas, com propostas e discursos centrados mais no candidato que nos programas partidários, fenômeno bastante presente nas campanhas dos militares brasileiros. Ainda, são esses partidos que “[...] dão espaço para candidaturas corporativistas, focadas nas reputações pessoais de candidatos, e não numa agenda programática que forneça algum amálgama entre a plataforma do partido e a de seus candidatos” (Berlatto; Codato; Bolognesi, 2016, p. 106).

O terceiro ponto é de ordem *ideológica*: candidatos com origem profissional nas Forças Armadas majoritariamente assumem posturas contra a política, os políticos e os partidos tradicionais; com isso, a filiação a legendas pequenas ou fisiológicas visa a estabelecer uma certa diferenciação de tais candidatos com relação aos políticos já estabelecidos e ao tipo de política por eles praticada. Segundo argumentam Berlatto, Codato e Bolognesi (2016, p. 108), “as plataformas morais, baseadas na negação dos grandes partidos nacionais, acusados de corruptos, são um tema importante e recorrente na campanha desses candidatos, com eles encontrando nos partidos nanicos um lugar mais oportuno para se manifestarem”.

Dessa forma, os autores defendem que os pequenos partidos de direita e os partidos fisiológicos são o terreno ideal para integrantes ou ex-integrantes das Forças Armadas que, por sua vez, buscam estrategicamente essas siglas para concorrerem nas eleições. Muito embora as explicações para tal fenômeno sejam bastante plausíveis, é importante se destacar que estas perdem muito de sua força quando analisamos as eleições municipais, nas quais a presença e atuação nacional dos grandes partidos são capazes de atenuar essa tendência. Veremos isso na próxima seção.

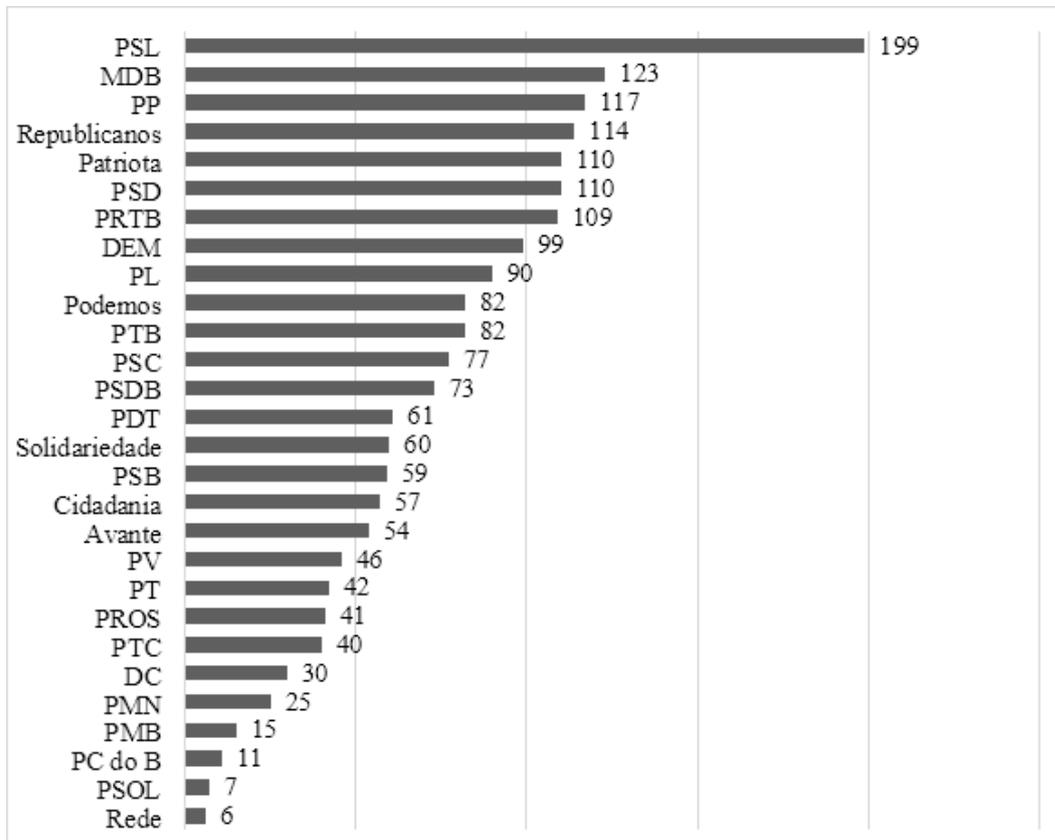
5 ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020: O ENFRAQUECIMENTO DA ONDA MILITARIZANTE E SUA DIFUSÃO PELOS GRANDES PARTIDOS

O pleito de 2020, destinado a eleger prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, teve novamente uma participação significativa de militares, embora proporcionalmente em grau bem menor que na eleição de 2018. Nas eleições de 2020, dentre os 557.788 candidatos, 1.939 se registraram como militares, 0,35% do total, um terço do percentual verificado no pleito de 2018 (1,05%). Além disso, embora o número de candidatos militares tenha aumentado 30% em relação às últimas eleições municipais, ocorridas em 2016, houve uma diminuição de militares eleitos, passando de 168 para 159, o que representa uma redução de 0,25% para 0,22% do total de militares eleitos. E, dentre os militares eleitos em 2020, temos apenas sete prefeitos, número que contrasta com os treze prefeitos eleitos em 2016.

Outro aspecto a mencionar é que, comparativamente às eleições estaduais e federais de 2018, houve diminuição de candidatos militares que se apresentaram nas eleições municipais de 2020 se declarando como “membros das Forças Armadas”. Cabe lembrar que, nesta categoria, diferente de “militares reformados”, há maiores impeditivos legais à filiação partidária, podendo haver o afastamento definitivo e de forma não remunerada das Forças Armadas, caso tais militares disputem eleições. Pode-se considerar isso no cálculo estratégico de militares, que avaliam que a disputa municipal lhes representa altos custos diante dos proventos políticos e financeiros do possível mandato, não lhes sendo assim tais cargos tão atraentes quanto aqueles de nível federal e estadual. Apesar disso, cabe assinalar que em 2020 o número de candidatos autodeclarados “membros das Forças Armadas” cresceu comparativamente às eleições de 2016, passando de 123 para 187, um aumento de 52%, o que pode ser tomado como um reflexo do êxito de candidatos militares na eleição de 2018.

Cinco partidos (PCO, PSTU, PCB, a estreante UP e o Novo, todos classificados como pequenos de esquerda, com exceção deste último) não apresentaram candidaturas militares. O caso do Novo merece atenção. Ele não apenas é o único partido que diminuiu o número de candidatos que se declaravam como militares, comparando 2018 com 2020, mas também o único que deixou de apresentar candidaturas militares. O gráfico a seguir realiza a distribuição das candidaturas militares pelos partidos nas eleições de 2020.

GRÁFICO 4 Distribuição de candidatos militares por partidos nas eleições de 2020



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do TSE (2023). N= 1939.

O Gráfico 4 nos apresenta que o PSL, agora tomado como grande partido de direita, tendo em vista seus resultados nas eleições de 2018, novamente lidera o *ranking* da promoção de candidaturas militares. A liderança, porém, ocorre com menor distância dos demais partidos, se comparada ao pleito de 2018, visto que naquele ano o PSL abrigava 23,3% do total de candidatos que se apresentavam como militares; em 2020 esse percentual caiu para 10,3%. Ademais, se no pleito de 2018 os primeiros partidos do *ranking* são os pequenos de direita, em 2020 estes são grandes partidos de direita e de centro, como PSL, MDB, PP e Republicanos. Além disso, comparando ambos os pleitos, vemos de novo que as siglas de esquerda se situam apenas na metade final do *ranking*. Também, como observamos anteriormente, os partidos que menos apresentaram candidatos cuja origem profissional é as Forças Armadas são os pequenos de esquerda, dentre os quais há quatro que não lançaram nenhum candidato

que se classificasse como militar (PCB, PSTU, UP e PCO). Tais constatações apresentam algumas tendências mais bem percebidas na próxima tabela, que realiza a distribuição das candidaturas militares dentre as classificações partidárias utilizadas neste artigo.

TABELA 4 Distribuição de candidatos militares por categorias de partidos nas eleições de 2020

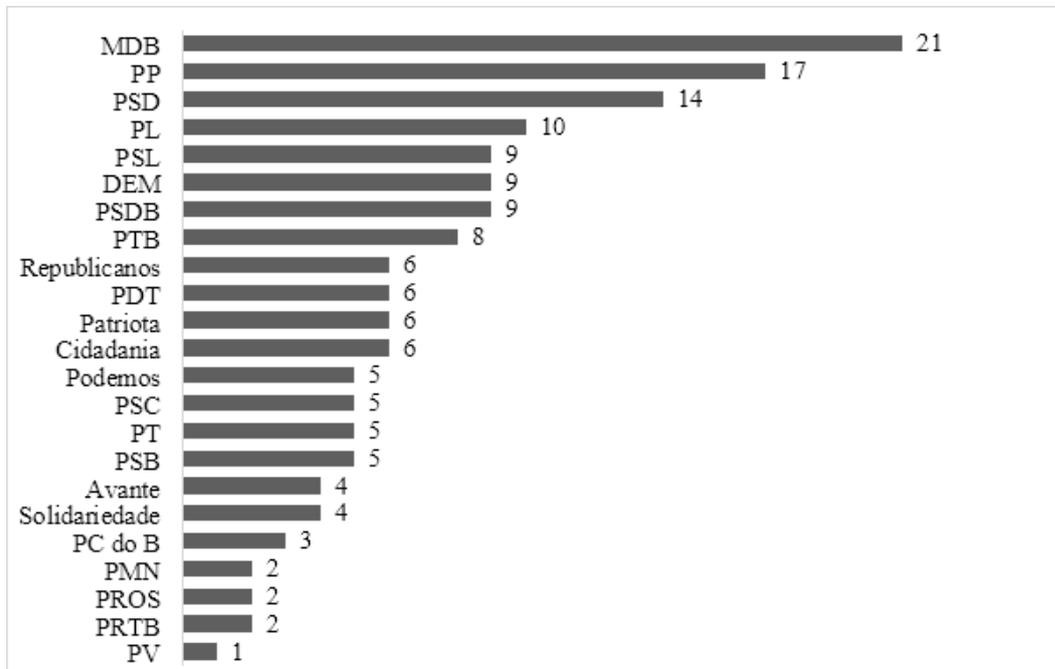
	Grande	Pequeno	Total
Esquerda	8,3%	1,2%	9,6%
Centro	10,1%	5,3%	15,4%
Direita	41,9%	23,1%	64,9%
Fisiológicos	-	10 %	10 %
Total	60,3%	39,7%	100 %

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do TSE (2023). N= 1939.

Apesar de serem pleitos de natureza distinta, no que diz respeito à classificação ideológica dos partidos, a tabela apresenta uma distribuição similar àquela observada em 2018. Em 2020, os partidos tomados como de esquerda e de centro lançaram respectivamente 9,6% e 15,4% dos candidatos militares, enquanto as siglas fisiológicas foram empregadas por 10% dos candidatos com esse perfil ocupacional, percentuais estes que em 2018 eram respectivamente 8,5%, 8,5% e 15%. Houve, assim, um pequeno aumento de candidaturas de esquerda e um deslocamento de candidaturas dos partidos fisiológicos para os de centro. Por sua vez, os partidos de direita novamente foram os mais procurados por candidatos militares, com 64,9% destes se apresentando aos eleitores por aqueles partidos, porcentagem que em 2018 foi de 68%. Sobre a categorização dos partidos por tamanho, vemos claramente a ascensão dos grandes partidos: se este grupo em 2018 lançou 24,1% dos candidatos que se registravam como militares, o percentual em 2020 saltou para 60,3%. Enquanto isso, os partidos pequenos, que nas eleições de 2018 agregavam 75,8% do total das candidaturas militares, viram no pleito de 2020 sua participação cair para 39,7%. Cruzando esses dados, podemos perceber que os pequenos partidos de direita não são mais os líderes no tocante à promoção de candidaturas militares, posto agora ocupado pelos grandes partidos de direita, que foi a categoria de partidos que mais aumentou seu percentual de candidatos com origem profissional nas Forças Armadas, passando de 14%, nas eleições de 2018, para 41,9% nas eleições

de 2020. Tal cenário fica ainda mais claro se observarmos os partidos pelos quais os candidatos militares se elegeram, o que se observa no próximo gráfico.

GRÁFICO 5 Distribuição de militares eleitos por partidos nas eleições de 2020



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do TSE (2023). N= 159.

O Gráfico 5 nos apresenta que, muito embora o PSL tenha sido o partido que mais lançou candidaturas militares nas eleições de 2020, quanto aos eleitos dessa categoria profissional ele se situa apenas na quinta colocação, ficando abaixo de três outros grandes partidos de direita (PP, PSD e PL) e um grande partido de centro, o MDB, que foi a sigla pela qual mais se elegeram militares no pleito de 2020. Ademais, das dez primeiras colocações do *ranking* acima, todas elas são ocupadas por grandes partidos, todos de centro ou de direita. Tais tendências podem ser observadas de forma mais detalhada na próxima tabela, que distribui os eleitos que se classificam como militares dentre a categorização partidária por nós empregada.

TABELA 5 Distribuição dos militares eleitos por categorias de partidos nas eleições de 2020

	Grande	Pequeno	Total
Esquerda	10 %	1,9%	11,9%
Centro	18,9%	4,4%	23,2%
Direita	45,9%	11,3%	57,2%
Fisiológicos	-	7,5%	7,5%
Total	74,9%	25,1%	100 %

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do TSE (2023). N= 159.

A tabela nos aponta inicialmente que no pleito de 2020 foram eleitos candidatos militares por todas as categorizações partidárias existentes, diferentemente do que se deu em 2018: a esfera municipal se revelou, portanto, uma via mais efetiva que a estadual e a federal para as candidaturas militares promovidas em partidos de centro e de esquerda. Além disso, a tabela nos apresenta o predomínio dos grandes partidos de direita quanto à eleição de candidatos militares nessas eleições. Esse grupo de partidos elegeu mais candidatos de origem militar que todos os demais grandes partidos juntos, de centro e de esquerda, assim como a soma da totalidade dos partidos pequenos. Cenário bem distinto do observado em 2018, pleito no qual os grandes partidos de direita foram responsáveis por apenas 4,5% do total de eleitos autodeclarados militares, percentual que agora saltou para 45,9%. Com relação aos pequenos partidos de direita, que em 2018 promoveram 86,3% do total de candidaturas militares exitosas, no pleito de 2020 se viu o percentual cair para apenas 11,3%. Além disso, os grandes partidos de direita foram os que mais elegeram militares para prefeito nas eleições de 2020, o cargo mais elevado em disputa, com exceção dos dois eleitos pelo Podemos, um pequeno partido de direita. Foram apenas grandes siglas de direita – PSD, DEM, PP, PL e Republicanos – que elegeram militares para tal posto.

A Tabela 6 indica a taxa de êxito das candidaturas militares dentre cada uma das categorias partidárias empregadas nesta pesquisa, a qual é obtida pela razão entre o número de militares eleitos pela categoria partidária e o total de militares por ela apresentados aos eleitores.

TABELA 6 Taxa de sucesso das candidaturas militares por categorias de partidos nas eleições de 2020

	Grande	Pequeno	Total
Esquerda	9,9%	12,5%	10,2%
Centro	15,3%	6,8%	12,4%
Direita	9 %	4 %	7,2%
Fisiológicos	-	6,1%	6,1%
Geral	10,2%	5,2%	8,2%

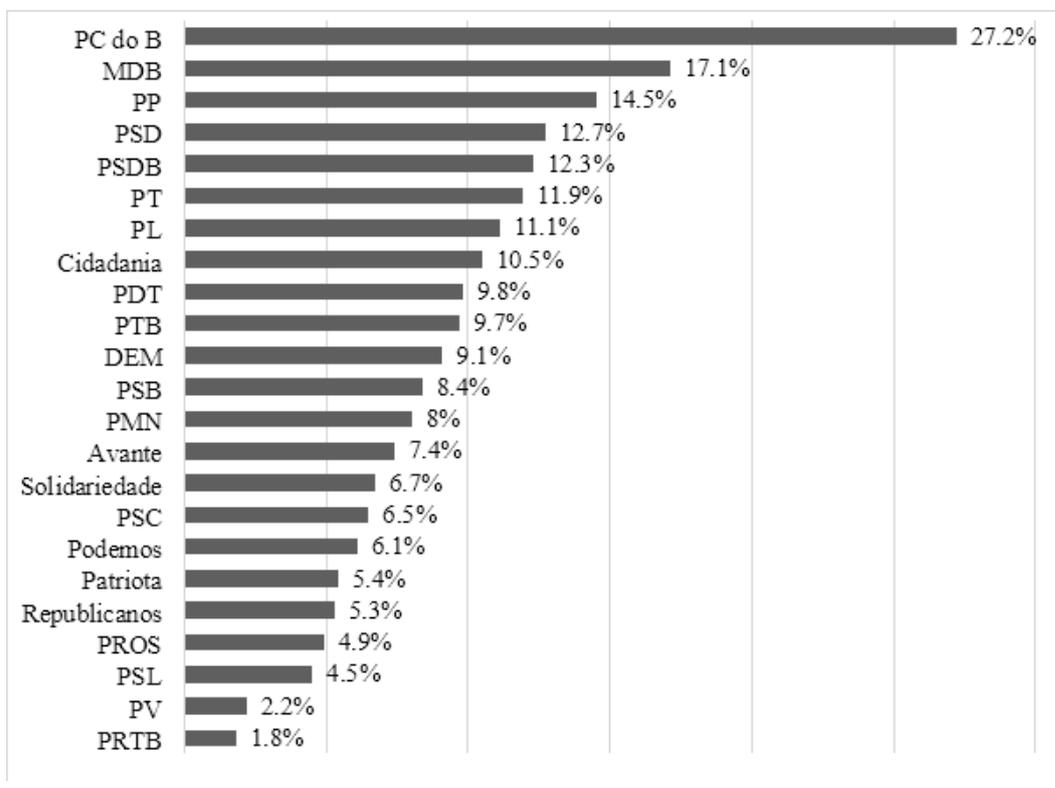
Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do TSE (2023). N= 1939.

A tabela nos apresenta que a taxa de sucesso das candidaturas militares foi menor nos pequenos partidos de direita e nas legendas fisiológicas, o que demonstra um perfil diferente do encontrado na eleição de 2018, quando estas categorias partidárias foram as com maiores taxas de sucesso na promoção de candidaturas militares. Além disso, se em 2018 os partidos de esquerda e centro não elegeram nenhum militar, tendo assim taxas de êxito zero, eles agora obtiveram taxas significativamente acima da taxa de sucesso dentre todos os militares (8,2%), com destaque para os grandes partidos de centro, cuja taxa de sucesso foi 15,3%, e os pequenos partidos de esquerda, com taxa de 12,5%, essa última fruto do grande sucesso das candidaturas militares lançadas pelos PC do B, que elegeu três das onze por ela apresentadas (taxa de êxito de 27,2%). Quanto aos partidos de direita, esses obtiveram taxa de sucesso inferior a 2018 (7,2% contra 9,6%), o que se explica pela redução dessa taxa dentre os pequenos partidos de direita (de 11,5% para 4%), que não foi compensada pelo aumento daquela dos grandes partidos de direita (de 2,3% para 9%). Ainda a respeito da direita, a categorização do PSL nesta eleição como *grande* acabou por reduzir a taxa de sucesso dos grandes partidos de direita, já que este partido lançou 199 candidaturas militares e elegeu apenas nove (4,5% de taxa de sucesso). Uma consequência direta disso foi o aumento da taxa de sucesso dos pequenos partidos de direita, que ainda assim permaneceu a mais baixa quando considerada as categorizações dos partidos por sua ideologia e tamanho. Como resultante, os partidos pequenos e, em menor grau, os fisiológicos obtiveram uma taxa de sucesso inferior àquela verificada dentre todos os

militares que disputaram essas eleições (8,2%). Por sua vez, os partidos grandes, assim como de centro e de esquerda, tiveram taxas de sucesso superiores a este valor.

O Gráfico 6 apresenta a taxa de sucesso das candidaturas militares por partidos que elegeram ao menos uma dessas nas eleições de 2020. Ele assinala a elevada taxa de sucesso do PCdoB, a maior dentre todos os partidos (27,2%), e a baixa taxa de êxito das candidaturas militares promovidas no PSL, 4,5%, percentual que contrasta com o de 22,5% presenciado em 2018, quando o partido foi o mais bem-sucedido. Além disso, o gráfico indica que foram os grandes partidos que ocuparam os primeiros lugares no *ranking*, com exceção do PSL (4,5%) e Republicanos (5,3%), que aparecem nas últimas posições deste. Outra exceção, já mencionada, é o PCdoB, pois de forma geral os pequenos partidos foram os que ocuparam as últimas posições do ranking: esses, ademais, constituem a totalidade dos partidos que não elegeram nenhuma das candidaturas militares.

GRÁFICO 6 Taxa de sucesso das candidaturas militares por partidos nas eleições de 2020



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do TSE (2023). N= 159.

Nota: Os demais partidos não elegeram nenhum militar, tendo assim 0% de taxa de sucesso na promoção de candidaturas militares. Aqueles nesta situação que mais lançaram estas – e foram nelas mais malsucedidos – foram PTC (40), DC (30), PMB (15), PSOL (7) e Rede (6).

Esses dados apontam que, se nas eleições gerais de 2018 foram os pequenos partidos de direita e as legendas fisiológicas as que mais promoveram a candidatura e a eleição de militares, nas eleições municipais de 2020 foram os grandes partidos, sobretudo os de direita, que lideraram a candidatura e a eleição destes. Entendemos que isso possa ser explicado pelo fato de que são os grandes partidos que possuem efetiva presença e atuação nacional, bem como uma estrutura partidária mais consolidada, com recursos fundamentais para promover muitas candidaturas, assim como fazer com que estas sejam exitosas, o que ocorre de modo mais destacado nas eleições municipais. Desse modo, embora tais achados não invalidem as razões que Berlatto, Codato e Bolognesi (2016) apontaram para o predomínio dos partidos fisiológicos e

pequenos de direita na promoção de candidaturas de militares, importante também destacar que aquele estudo não analisou o contexto de eleições municipais.

6 ELEIÇÕES DE 2022: RECUO DA *ONDA MILITARIZANTE* E PRIMAZIA DOS GRANDES PARTIDOS DE DIREITA

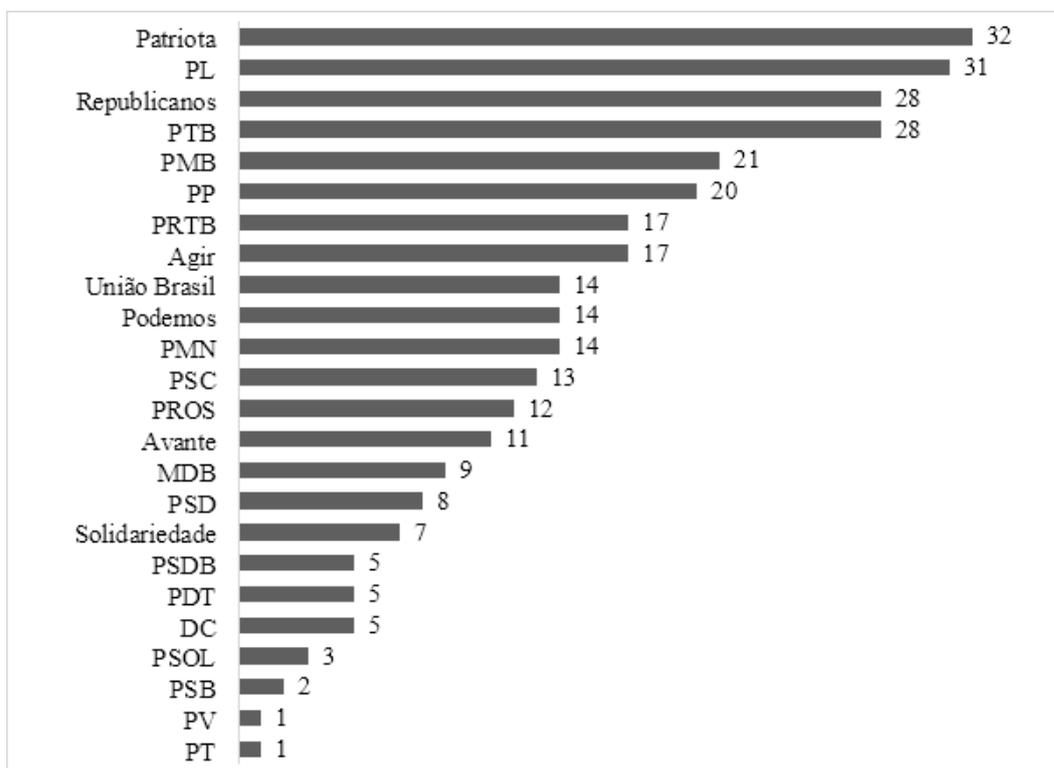
O pleito de 2022, assim como os anteriores, contou com uma considerável participação de candidatos militares. Responsável pela escolha de presidente e vice-presidente, além de governadores, vice-governadores, deputados federais e estaduais, e ainda por renovar um terço do Senado (27 cadeiras de 81 totais), as eleições de 2022 tiveram 29.262 candidatos, dos quais 318 se colocavam como militares: 1,09% do total, percentual ligeiramente superior ao verificado em 2018, de 1,05%. Apesar disso, o êxito nas urnas desse grupo profissional reduziu: se em 2018 foram eleitos 22 militares, incluindo-se aí presidente, vice-presidente, um governador e cinco deputados federais, em 2022 esse número caiu para nove, sendo eleitos um senador, três deputados federais, três deputados estaduais e dois suplentes de senador⁷. Assim, se 1,23% dos eleitos em 2018 eram militares, em 2022 este percentual se reduziu para menos da metade, 0,53%. Dessa forma, o refluxo da *onda militarizante* se mostrou tanto no menor número de eleitos quanto no menor status dos cargos alcançados. Ademais, como se verificou em todas as eleições aqui analisadas, a grande maioria dos candidatos militares se registrou não como “membro das Forças Armadas”, e sim como “militar reformado”, indicando que as menores restrições legais a estes últimos facilitam suas atividades político-partidárias.

Nas eleições de 2022 constata-se inicialmente que oito partidos não incluíram militares em suas listas: PCB, PSTU, UP, PC do B, Rede, PCO, Cidadania e Novo, todos classificados como pequenos de esquerda, com exceção dos dois últimos, pequenos de centro e de direita. Isso, porém, não impediu que militares pudessem ser encontrados, mais uma vez, em todas as classificações

⁷ A eleição para senador se dá a partir de uma votação majoritária e em uma chapa composta por um titular e dois suplentes (Constituição Federal, art. 46, §3º). Dinâmica distinta ocorre para os demais membros do Legislativo – deputados (federais e estaduais) e vereadores –, os quais são eleitos individualmente e pelo sistema proporcional, com os suplentes para tais cargos não sendo considerados eleitos, como são os suplentes de senador, bem como para os membros do Executivo – presidente, governadores e prefeitos –, os quais têm vices, e não suplentes.

partidárias aqui utilizadas. O Gráfico 7 indica a distribuição de candidatos que se colocavam como militares dentre os partidos brasileiros no pleito de 2022.

GRÁFICO 7 Distribuição de candidatos militares por partidos nas eleições de 2022



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do TSE (2023). N= 318.

Como pode ser visto no Gráfico 7, os partidos de direita e fisiológicos são os que mais promoveram candidaturas de militares em 2022, enquanto os partidos de esquerda e de centro se fazem presentes apenas no final do gráfico. E, diferente do que ocorreu nas eleições anteriores, sobretudo a de 2018, não existe um partido que encabece com folga o *ranking*. Importante destacar o PL, partido de Bolsonaro, nesta eleição.

Quanto à classificação ideológica dos partidos, a Tabela 7 reafirma a liderança da direita no que diz respeito à promoção de candidaturas militares, sendo os partidos deste campo seguidos de longe pelos partidos fisiológicos, de centro e de esquerda, assim como se deu em 2018. Acerca da categorização dos partidos por tamanho, se em 2018 os pequenos partidos predominavam na

apresentação de candidaturas militares (75,8% ante 24,1% dos partidos grandes), em 2022 há um maior equilíbrio nesse aspecto, com 47,5% das candidaturas militares sendo promovidas por partidos grandes e 52,5% por partidos pequenos. Assim, há a continuidade da tendência observada a partir de 2020 das candidaturas militares se concentrarem em grandes partidos. No cruzamento entre ideologia e tamanho partidário, temos que os pequenos partidos de direita, que em 2018 lançaram 53,9% dos candidatos militares, tiveram parcela diminuída para 30,8% em 2022. Já os grandes partidos de direita neste ano foram responsáveis por 40,6% das candidaturas militares, ao passo que este percentual em 2018 era de apenas 14%. Dessa forma, os grandes partidos de direita alcançaram a liderança na promoção de candidaturas militares, a qual era anteriormente ocupada pelos pequenos partidos de direita, que agora ficam na segunda posição neste aspecto.

TABELA 7 Distribuição de candidatos militares por categorias de partidos nas eleições de 2022

	Grande	Pequeno	Total
Esquerda	2,5%	0,9%	3,5%
Centro	4,4%	0,3%	4,7%
Direita	40,6%	30,8%	71,4%
Fisiológicos	-	20,4%	20,4%
Total	47,5%	52,5%	100 %

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do TSE (2023). N= 318.

Essas tendências ficam ainda mais nítidas se verificarmos os partidos dos candidatos militares que foram eleitos nos dois pleitos. Se em 2018, dos 22 militares eleitos, dezenove (86,3%) advieram de pequenos partidos de direita, dois (9,1%) de partidos fisiológicos e um (4,5%) do PTB, um grande partido de direita, em 2022 todos os nove militares eleitos provieram de grandes partidos de direita: quatro se apresentaram aos eleitores pelo PL, outros quatro pelo Republicanos e um pelo PTB (Gráfico 8 e Tabela 8). Dessa forma, neste pleito os partidos de esquerda, centro e fisiológicos não foram capazes de eleger candidatos militares.

GRÁFICO 8 Distribuição de militares eleitos por partidos nas eleições de 2022



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do TSE (2023). N= 9.

TABELA 8 Distribuição dos militares eleitos por categorias de partidos nas eleições de 2022

	Grande	Pequeno	Total
Esquerda	0%	0%	0%
Centro	0%	0%	0%
Direita	100%	0%	100%
Fisiológicos	-	0%	0%
Total	100%	0%	100%

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do TSE (2023). N= 9.

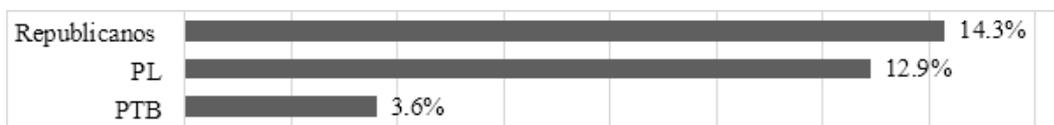
Quanto às taxas de sucesso das candidaturas militares dentre as categorias partidárias e os partidos, apresentadas na tabela e gráfico a seguir, temos que, como os militares foram eleitos apenas pelos grandes partidos de direita, as taxas se concentram nesta categoria.

TABELA 9 Taxa de sucesso das candidaturas militares por categorias de partidos nas eleições de 2022

	Grande	Pequeno	Total
Esquerda	0%	0%	0 %
Centro	0%	0%	0 %
Direita	7%	0%	5 %
Fisiológicos	0%	0%	0 %
Total	6%	0%	2,8%

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do TSE (2023). N= 318.

GRÁFICO 9 Taxa de sucesso das candidaturas militares por partidos nas eleições de 2022



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do TSE (2023). N= 9.

Nota: Os demais partidos não elegeram nenhum militar, tendo assim 0% de taxa de sucesso na promoção de candidaturas militares. Aqueles nesta situação que mais lançaram essas candidaturas – e foram nelas mais malsucedidos – foram: Patriota (32), PMB (21), PP (20), PRTB e Agir (17), PMN, Podemos e União Brasil (14), PSC (13), PROS (12), Avante (11), MDB (9), PSD (8), Solidariedade (7), DC, PSDB e PDT (5), PSOL (3), PSB (2) e PT e PV (1).

Isso indica que nestas eleições, diferentemente do que se deu em 2018, não são mais os pequenos partidos de direita e os partidos fisiológicos que promovem a maior parte das candidaturas e eleições de militares, sendo agora os grandes partidos de direita que têm este papel. Se estes até compartilham com os pequenos partidos de direita e os fisiológicos a promoção das candidaturas militares (os primeiros foram responsáveis por 40,6% destas, enquanto os últimos o foram por 30,8% e 20,4%), eles monopolizaram nas eleições de 2022 o sucesso, sendo a única categoria partidária que elegeu militares neste ano.

O dado assinala uma mudança na tendência observada por Berlatto, Codato e Bolognesi (2016), que colocam que os membros das forças repressivas do Estado, incluindo-se aí os militares, tendem a procurar os pequenos partidos de direita e as siglas fisiológicas para lançarem suas candidaturas, as quais são em geral mais exitosas nestas categorias de partidos. Essa tendência não foi observada em 2020 e tampouco em 2022. Convém contextualizar as razões dadas pelos autores e observar o nível das eleições analisadas e as estratégias eleitorais adotadas pelos atores políticos. O primeiro aspecto foi mencionado quando abordamos as eleições municipais de 2020, sugerimos que a capilaridade dos grandes partidos no território brasileiro, bem como sua estrutura mais consolidada os tornaram mais atrativos para os candidatos militares. Quanto às eleições de 2022, pode-se observar que, buscando “surfear” na *onda militarizante* de 2018, os grandes partidos de direita foram agora mais receptivos aos candidatos provenientes dos quartéis, mesmo que eles não tivessem uma trajetória consolidada nestes partidos e empregassem um discurso contrário à

política e aos políticos tradicionais, o qual, paradoxalmente, tinha como alvo, ainda que indireto, os partidos aos quais eles se filiavam. Ou seja, face à maior participação e aos êxitos eleitorais de militares em 2018, alcançados especialmente a partir de pequenos partidos de direita, os grandes partidos deste campo ideológico adotaram uma postura estratégica de se aproximar dos candidatos militares, diminuindo as barreiras de entrada de militares. Por outro lado, novamente em um cálculo estratégico, muitos militares, sobretudo aqueles já inseridos na arena político-eleitoral, buscaram os grandes partidos de direita para se candidatarem, já que, na maioria dos casos, ofereciam-lhes maiores recursos eleitorais se comparados aos partidos de menor envergadura e proporcionando, assim, maiores chances de vitória no pleito.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num cenário de profundo descrédito na política e nos políticos, contrastado pela grande confiança depositada pelos brasileiros nas Forças Armadas, os militares recentemente ampliaram sua participação nas eleições e conquistaram diversos cargos nos poderes Executivo e Legislativo. Para melhor compreender esse fenômeno e contribuir para os debates sobre protagonismo militar na política e sobre recrutamento eleitoral e estratégias partidárias, investigamos quais foram os partidos pelos quais os militares brasileiros concorreram e foram eleitos nos pleitos de 2018, 2020 e 2022, delineando o tamanho e o perfil ideológico dessas siglas. Para tanto, apresentamos primeiramente os dados e as categorizações partidárias empregadas nesta pesquisa, as quais seguem aquelas aplicadas por Berlatto, Codato e Bolognesi (2016), para se permitir uma perspectiva comparada. Em um segundo momento, descrevemos os parâmetros legais que regram os direitos ao voto, à filiação partidária e à elegibilidade dos militares brasileiros, assinalando a relativa permissividade quanto à atuação política dos militares. Definidas essas balizas, examinamos a participação de militares nas três eleições, caracterizando os avanços e recuos da *onda militarista* na política brasileira.

Na eleição de 2018, de caráter nacional e estadual, identificamos o crescimento do número de militares que concorreram e foram eleitos em relação ao pleito de 2014, o último de mesmo gênero. Em 2018 os militares disputaram e venceram eleições majoritariamente a partir de pequenos partidos de direita

ou legendas fisiológicas. Tais partidos, além de serem a principal via institucional para a participação dos militares nas eleições, foram também os que apresentaram as maiores taxas de sucesso na promoção de suas candidaturas: dos vinte e dois militares eleitos neste pleito, dezenove o foram por pequenos partidos de direita e dois o foram por partidos fisiológicos. É importante destacar que os partidos de esquerda também apresentaram candidaturas militares, embora sem êxito.

Nas eleições municipais de 2020, identificamos um enfraquecimento da *onda militarizante*, pois um número relativamente menor de militares concorreu e foi eleito neste pleito. Observamos que agora foram os grandes partidos de direita os que mais receberam e elegeram candidatos militares, com tal mudança de perfil sendo explicada pelo fato de que os partidos grandes possuem mais recursos e capilaridade nacional, necessários para apresentar e eleger candidatos em pleitos municipais. Esse ganho de importância dos grandes partidos de direita não nos permite desconsiderar, todavia, a importância dos pequenos partidos de direita na promoção de candidaturas militares em nível municipal, nem a continuidade de candidaturas militares em partidos de esquerda, as quais obtiveram um relativo êxito eleitoral.

Nas eleições de 2022 verificamos de forma mais evidente a tendência de recuo da *onda militarizante*, dado que, apesar do número ligeiramente maior de candidaturas militares, o total de militares eleitos foi inferior ao de 2018. Identificamos nestas eleições a concentração das candidaturas militares, e sobretudo do êxito, nos grandes partidos de direita – todos os nove militares eleitos o foram por essas legendas –, o que ocorreu pela mútua aproximação estratégica entre os grandes partidos e os candidatos militares. No que diz respeito ao campo da esquerda, foi observada uma redução no número de candidaturas militares e seu êxito foi nulo.

A queda da confiança da população nos militares, dado o desgaste por sua participação no governo Bolsonaro e na condução da pandemia da Covid-19, é um aspecto importante a ser considerado⁸. No entanto não é suficiente pa-

⁸ O fenômeno foi apontado por pesquisa do Latinobarómetro, cujos relatórios e dados brutos estão disponíveis em <https://www.latinobarometro.org/lat>. Além dessa, uma pesquisa da XP/Ipespe assinalou que, se 70% dos brasileiros confiavam nos militares em 2018, tal índice caiu para 58% em 2021, continuando uma tendência que vinha desde 2019, ano de início do governo Jair Bolsonaro: <https://veja.abril.com.br/coluna/jose-casado/alianca-com-bolsonaro>

ra a compreensão da nova tendência constatada. A Emenda Constitucional nº 97/2017 desestimulou a estratégia de dispersão com apostas em pequenos partidos. A reação foi cada vez mais concentrar as candidaturas militares nos grandes partidos de direita, com acesso a recursos de financiamento público e propaganda eleitoral gratuita, ofertando assim maiores perspectivas de sucesso eleitoral. O fim das coligações proporcionais, em vigor a partir das eleições municipais de 2020, também foi um desincentivo para candidaturas em pequenos partidos, que as utilizavam com o intuito de ultrapassar o quociente eleitoral.

Assim, pode-se considerar que, no curso das três eleições analisadas, ocorreram dois processos combinados: o avanço de uma onda de protagonismo militar pela via eleitoral, que teve seu pico em 2018, mas que já em 2020 começou a refluir, e o deslocamento dessas candidaturas, particularmente as exitosas, dos pequenos para os grandes partidos de direita. Ao investigarmos a atuação de militares brasileiros na política pela via eleitoral, os perfis partidários dessas candidaturas e seu desempenho nas urnas, acreditamos lançar novas luzes sobre a complexa evolução do sistema político brasileiro e sobre os padrões recentes de relações civis-militares no Brasil.

REFERÊNCIAS

BERLATTO, Fábila; CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno. 2016. Da polícia à política: explicando o perfil dos candidatos das forças repressivas de Estado à Câmara dos Deputados. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 21, p. 77–120, set./dez. 2016.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). *Plenário aprova incorporação do PHS ao Podemos*. Brasília-DF: TSE, 2019a. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Setembro/plenario-aprova-incorporacao-do-phs-ao-podemos>>. Acesso em: 17 abr. 2023.

-reduz-a-confianca-nas-ffaa. Enquanto isso, em 2022 uma pesquisa realizada pela Ipsos indicou que apenas 30% dos brasileiros confiavam nas Forças Armadas, um dos menores índices dentre os vinte e sete países analisados por este estudo: <https://www.poder360.com.br/pesquisas/so-30-dos-brasileiros-confiam-nas-forcas-armadas-diz-pesquisa/>. Apesar dessa queda de confiança pública nos militares após o início do governo Bolsonaro, eles ainda permanecem como uma das instituições com a maior taxa de confiança entre os brasileiros, como atestam tais pesquisas.

- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). *Plenário do TSE aprova incorporação do PRP ao Patriota*. Brasília-DF: TSE, 2019b. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Marco/tse-aprova-incorporacao-do-prp-ao-patriota>. Acesso em: 17 abr. 2023.
- CARLONI, Karla. 2012. *Forças Armadas e democracia no Brasil: o 11 de novembro de 1955*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- CARMO, Samanta do. TSE aprova fusão do PPL com o PCdoB, e partidos devem escapar da cláusula de barreira. *In: Congresso em Foco*. Brasília-DF, 29 maio 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/judiciario/tse-aprova-fusao-do-ppl-com-pcdob-e-partidos-devem-escapar-da-clausula-de-barreira/>. Acesso em: 12 out. 2023.
- CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- CORTINHAS, Juliano da Silva; VITELLI, Marina Gisela. Limitações das reformas para o controle civil sobre as forças armadas nos governos do PT (2003–2016). *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, v. 7, n. 2, p. 187–216, 2020.
- COUTINHO, Mateus. Bancada ‘armada’ cresce 111% na Câmara dos Deputados. *O Globo*, 10 out. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/bancada-armada-cresce-111na-camara-dos-deputados-23145076>. Acesso em: 02 mar. 2023.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Militares e militância: uma relação dialeticamente conflituosa*. São Paulo: UNESP, 2014.
- KAYAT, Roberto Carlos Rocha. Forças Armadas: reforma, licenciamento e reserva remunerada. *Revista da SJRJ*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 151–176, 2010.
- MARTINS FILHO, João Roberto. Ordem desunida: militares e política no governo Bolsonaro. *Perseu: História, Memória e Política*, n. 18, p. 167–193, 2019.

- MATHIAS, Suzeley Kalil *et al.*. A política militar brasileira no governo Dilma Rousseff: o discurso e a ação. *Opinião Pública*, v. 25, n. 1, p. 136–168, 2019.
- NETO, Octávio Amorim; ACÁCIO, Igor. De volta ao centro da arena: causas e consequências do papel político dos militares sob Bolsonaro. *Journal of Democracy em Português*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 2–29, 2020.
- NETO, Octavio Amorim; RODRIGUEZ, Júlio C. Forças Armadas, defesa e inteligência: desafios ao Regime Democrático Brasileiro em um mundo em transformação. *In: INÁCIO, Magna; OLIVEIRA, Vanessa Elias de. Democracia e eleições no Brasil: para onde vamos?* São Paulo: Hucitec, 2022. p. 317–335.
- OLIVEIRA, Ana Amélia Penido; KALIL, Suzeley. Ação política do Partido Militar no Brasil sob Bolsonaro. *Anuario Latinoamericano Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales*, v. 11, p. 63–82, 2021.
- PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. *Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961–1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- PASSOS, Anaís Medeiros. Militares e política no governo de Jair Bolsonaro. *In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 217–225.
- PIRES; Sérgio Fernandes Senna; AMORIM, Miriam Campelo de Melo. Elegibilidade e filiação partidária de militares. *Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados*: Brasília, 2006.
- SALGADO, Eneida Desiree. Os direitos políticos e os militares na Constituição de 1988. *Paraná Eleitoral*, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 345–360, 2013. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/pe/article/view/42774/25932>>. Acesso em: 02 mar. 2023.
- SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Guardiões da Nação: formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de*

1964. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Política) – UFRGS, Porto Alegre, 2006.

TRICONTINENTAL. *O lobby dos militares no Legislativo*. Boletim Especial n° 1/2023. Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, jun. 2023.

VITELLI, Marina. Back to basics: assessing military involvement in politics in contemporary Brazil. *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies*, v. 10, n. 2, p. 10–28, 2021.